

MULHERES JORNALISTAS E A PRÁTICA DO JORNALISMO DE IMERSÃO: POR UM OLHAR SEM PRECONCEITO²³

ANA CAROLINA ROCHA PESSÔA TEMER – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FRANCISCO DE ASSIS – ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING

MARLI DOS SANTOS – UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

Introdução

Buscamos discutir, neste artigo, a atuação feminina no chamado jornalismo de imersão. Trata-se da união de duas perspectivas que necessitam ser tensionadas, uma vez que tanto a mulher quanto o uso da imersão na prática da reportagem ainda são alvos de olhares preconcebidos e/ou discriminatórios, dentro e fora das redações.

Assim sendo, num primeiro momento, colocamos em evidência a questão de gênero, mais especificamente o desempenho da mulher jornalista e o lugar por ela ocupado no contexto da profissão. Em seguida, estabelecendo elo com o primeiro eixo, focamo-nos em conceituar o jornalismo de imersão como método de apuração exigente de condições específicas para que repórteres possam mergulhar em realidades múltiplas e o qual, historicamente, tem sido muito mais utilizado pelos homens, como revela a maior premiação brasileira destinada à imprensa. Valorizando trabalhos feitos *in loco*, o Prêmio Esso laureou praticamente apenas homens em suas primeiras décadas – de 1956 até o final dos de 1980 –, na “categoria principal”, qual seja, a de melhor reportagem especial²⁴. A presença feminina só surge mais vigorosa na década de 1990, com cinco prêmios, e se torna consistente a partir dos anos 2000 (Santos, 2014). De 2000 para cá, foram premiadas três reportagens com autoria única feminina e cinco com autoria conjunta, sendo que, destas, quatro com mulheres na autoria principal.

Justificamos a pertinência do tema proposto valendo-nos de dados e de constatações paradoxais. Recente pesquisa sobre o perfil dos sujeitos que atuam na área de jornalismo no Brasil, realizada em 2012, concluiu que “os jornalistas brasileiros são uma categoria profissional predominantemente feminina, jovem e branca” (Mick e Lima, 2013: 33), sendo mais de 60% do contingente formado por mulheres. O fato, por si só, chama a atenção, principalmente se o compararmos com dados de 1972 – ou seja, de quatro décadas antes –, reveladores de uma classe trabalhadora basicamente masculina – muito em razão do “machismo, então dominante” –, com pouco mais de 90% de homens ocupando as vagas nas redações de São Paulo, principal

²³ Versão revista, reestruturada e parcialmente modificada do trabalho “Jornalismo de imersão sem preconceito”, apresentado no Colóquio Internacional «En immersion», realizado pelo Centre de Recherches sur l’Action Politique en Europe (CRAPE), na Université de Rennes 1 (Rennes, França, 27-29 de novembro de 2013).

²⁴ Nesse período, as mulheres ganharam o Prêmio Esso, na “categoria principal”, em apenas duas ocasiões. A primeira foi em 1961, quando Sílvia Donato, do *Jornal do Brasil*, foi agraciada pela série “Adote uma criança”. A segunda vez foi em 1983: o mérito foi da reportagem “O caso Baumgarten”, de Francisco Vargas, Bella Stall, Norma Couri e Leda Beck, repórteres da revista *Veja*.

praça desse setor no país (Marques de Melo, 2013: 101). No entanto, se a profissão está se “feminizando”, conforme evidenciam os indicadores, pouco vem sendo tratado sobre “gênero”²⁵ nas pesquisas desenvolvidas pela comunidade acadêmica brasileira reunida em torno dos fenômenos jornalísticos, segundo afirmou a presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), profa. Dra. Claudia Lago, em novembro de 2014²⁶.

Igualmente em situação de conflito encontra-se o jornalismo de imersão – ou imersivo, se assim desejarmos –, incomum de ser praticado, muito embora se apresente como a melhor maneira para retratar fatos e situações, por permitir ao jornalista embrenhar-se nos mais variados cenários e perceber a teia de articulações que os configura. A pouca adesão ao método, ao menos em parte, se dá por conta de elementos que por vezes o marginalizam ou lhe atribuem a estampa de *subversivo*, de *contrário* aos *cânones* da atividade jornalística, calcado na ideia de *objetividade*, numa “acepção de neutralidade, imparcialidade, assepsia política que as fábricas norte-americanas de notícias quiseram impor a todo o mundo” (Marques de Melo, 2003: 73). Ora, uma prática mais afinada com trama cultural, herdeira de instrumentos de outras áreas, especialmente da antropologia, não se encaixa em padrões simplistas de coleta de informações – como a procura básica por resposta às questões do *lead* – e de narrativa, comprometendo-se muito mais com a tradução da complexa vida em sociedade.

Correlacionando as duas “pautas” de nossa discussão, questionamos, basicamente, em que condições tem se dado a prática do jornalismo de imersão por profissionais pertencentes ao grupo que mais tem ascendido na imprensa brasileira. E, complementarmente, perguntamos: se o jornalismo de imersão é baseado na capacidade de observação do repórter para desvendar o fato social, em um processo longe das rotinas convencionais, há um olhar específico da mulher jornalista nessa prática?

As considerações que fazemos na sequência se orientam, portanto, a partir dessa problemática. De natureza exploratória, a pesquisa empírica que desenvolvemos, com procedimentos a serem descritos em tópico posterior, buscou somar experiências práticas ao referencial teórico com o qual trabalhamos, visando a um diálogo mais estreito entre o que se pensa e o que se faz em nossa área.

A mulher no jornalismo

A presença da mulher nos centros de produção jornalística do Brasil aumentou sistematicamente no curso do tempo.

Dados obtidos por José Hamilton Ribeiro (1998: 161), junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ilustram essa ascensão em São Paulo²⁷, onde estão concentrados os principais veículos

²⁵ Ressalte-se que, aqui, estamos tratando de “gênero” como sinônimo de agrupamento dos seres humanos (em geral, caracterizado pela fórmula binária masculino-feminino). É essa variável que, no Brasil, pouco tem sido explorada em investigações científicas sobre o jornalismo. O que se percebe em escala relativamente considerável, nesse contexto, são pesquisas sobre gêneros jornalísticos, isto é, sobre a identidade das matérias que a imprensa faz circular.

²⁶ Considerações tecidas durante a mesa “Pesquisa com sujeitos em jornalismo: antigos e novos desafios”, realizada em 7 de novembro de 2014, durante o 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), sediada na cidade gaúcha de mesmo nome. A constatação da profa. Lago se deu mediante levantamento por ela realizado em torno das comunicações científicas apresentadas no próprio evento e, também, com base em observações mais amplas, a respeito do atual cenário da pesquisa em jornalismo desenvolvida no país.

²⁷ Em 1937, quando foi fundado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, no grupo de 52

do país, como mencionamos há pouco. Naquela cidade, em 1939, apenas 2,8% dos jornalistas com registro²⁸ eram mulheres; em 1950, o número passou para 7%; em 1970, chegou a 10%²⁹; em 1980, houve salto mais significativo, atingindo 40,2%; em 1995, por fim, alcançou 64,8%.

Em nível nacional, levantamento recente também indica que a classe dos jornalistas brasileiros é, nos dias de hoje, majoritariamente feminina: são 63,7% de mulheres, segundo pesquisa liderada por Jacques Mick e Samuel Lima (2013: 33). A “disparidade”, dizem os autores, “deve continuar crescendo na próxima década, já que, na faixa até 30 anos, as mulheres são mais de 69% da categoria”, fator ainda “relacionado à expansão da oferta de cursos superiores na área, nos quais a presença feminina também tende a ser bastante superior à masculina”.

A feminização da carreira, embora manifesta, ainda não foi devidamente explicada pelos diagnósticos que a identificam. Haveria um motivo a justificar essa “grande invasão”, como adjetivou Regina Helena de Paiva Ramos (2010)³⁰? Se não há resposta única, algumas hipóteses têm se destacado, como a que relaciona o fenômeno à inserção gradativa da mulher no mercado de trabalho. Ou, então, à própria profissionalização do jornalismo, que se intensificou a partir da década de 1960, com a proliferação de cursos de graduação e com iniciativas de regulamentação (Ribeiro, 1998: 123). Mas a opção por essa escolha também deve ser considerada a partir de outras particularidades, como, por exemplo, o fato de que, tradicionalmente, as mulheres têm preferência pelas áreas ligadas às humanidades. Paula Melani Rocha (2007: 122), inserindo a discussão no âmbito da sociologia do trabalho, ainda defende que “o aumento da participação feminina no jornalismo deve-se primeiramente por não ser uma profissão consolidada, ou seja, não tem o mesmo poder, autonomia, controle de mercado e produção de saber da medicina e do direito”.

Isto posto, há de se advertir que os números da representação feminina na corporação jornalística devem ser lidos com cautela, uma vez que, embora expressivos, não indicam um cenário prioritariamente vantajoso para as mulheres. Apesar de elas serem maior número, os homens ainda predominam nos postos de chefia e detêm os cargos com salários mais altos (Souza, 2009: on-line). Na pesquisa de Mick e Lima (2013: 47), ainda no que concerne à remuneração, as mulheres aparecem como maioria somente no grupo dos que ganham até cinco salários mínimos³¹: 65,5% delas se encaixam nessa faixa salarial. Quando a observação se volta aos que recebem acima desse teto, ou seja, mais de cinco salários, há uma inversão de posição: as mulheres correspondem a 31,9%. Desdobrando a faixa dos mais bem pagos, encontramos, aliás, os homens liderando em todos os estratos: eles correspondem a 51,8% dos que recebem mais de dez mínimos e 64,4% dos que têm vencimentos de mais de 20 mínimos.

pioneiros que se filiaram imediatamente à nova organização, havia apenas uma mulher: Margarida Izar, considerada “a primeira mulher repórter de São Paulo”. “Não foi a primeira mulher na redação de um jornal fazendo jornalismo. Só que, antes de Margarida, mulher na redação trabalhava mais em culinária, suplemento feminino, sociais, os chamados *assuntos de cama e mesa*. Ela, não. Era repórter de geral, de pegar pauta de manhã e sair, com fotógrafo ou sem, para abrir caminho e conseguir manchete” (Ribeiro, 1998: 40).

²⁸ Uma ressalva: os dados da DRT referem-se aos jornalistas com registro profissional. Esse número, entretanto, não necessariamente corresponde aos que atuam na área.

²⁹ Considerando uma pequena margem de erro, essa estatística é bastante próxima ao levantamento realizado no âmbito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), que identificou, em 1972, 93,22% de jornalistas da capital paulista pertencentes ao sexo masculino (Marques de Melo, 2013: 101).

³⁰ “A grande invasão” é subtítulo do livro de Ramos (2010), dedicado a perfis de mulheres que protagonizaram a evolução do jornalismo brasileiro ao longo de seis décadas.

³¹ No Brasil, em 2012, ano em que a pesquisa de Mick e Lima foi aplicada, o salário mínimo vigente era de R\$ 622,00.

Tal situação espelha a longevidade das hierarquias e postos de comando. A recente transformação na morfologia da categoria, com o ingresso massivo de jovens mulheres, não produziu ainda reflexos nas posições de mando. É de se imaginar que, em breve, poderão surgir reivindicações de igualdade entre homens e mulheres na remuneração pelas mesmas funções, e de maiores oportunidades às mulheres no acesso a cargos de chefia, por exemplo (Mick e Lima, 2013: 48).

Além de diferenças em termos quantitativos, também são facilmente percebidos tratamentos divergentes no âmbito do trabalho, estando a mulher mais vulnerável a ser alvo de preconceito. Alice Mitika Koshiyama (2001: 2) percebe que isso acompanha a própria narrativa da história, que sempre privilegiou o chamado “sexo forte”: “Fazer de conta que as mulheres não existiam é um comportamento que ajudava a construir a história das mulheres como seres que não tinham identidade própria, reforçando a visão da mulher complemento do homem, Eva costela de Adão”. Indo adiante, a autora registra:

Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho de jornalismo e nos cursos superiores para formação profissional atesta o interesse e a adaptação delas a um universo que no início dos anos 60 do século passado, no Brasil, discriminava-as abertamente. Era o tempo em que algumas conceituadas empresas jornalísticas do país restringiam o trabalho jornalístico das mulheres. Lembramos nosso espanto, em 1968, quando ouvimos, na condição de aluna do curso de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, do então professor, jornalista e advogado do jornal *O Estado de S. Paulo*, Flávio de Almeida Prado Galvão, suas “explicações” sobre a redação do jornal ser um lugar impróprio para mulheres. Para elas, restavam os suplementos femininos. Ele era a voz do passado, desprezando as mudanças que estavam acontecendo no país, processo que culminou com o reconhecimento da igualdade jurídica entre homens e mulheres na Constituição de 1988. A visão de um professor sobre suas alunas universitárias serem seres que deviam ser protegidos assimilava a idéia da mulher ser relativamente incapaz, conforme a Constituição então em vigor determinava e é um sintoma de uma tendência histórica. A relação da mulher com o espaço público e o espaço privado definia a posição ocupada por ela na sociedade e marca sua identidade de gênero ao longo do tempo (Koshiyama, 2001: 3-4).

A situação acima relatada, embora tome como base um episódio da década de 1960, encontra reflexos na atualidade. Nas entrevistas que realizamos como base para a elaboração desta reflexão, sobressaíram-se indícios de que determinadas temáticas – como agenda social – e matérias de serviço costumam ser mais direcionadas às mulheres. Do mesmo modo, como se verá a seguir, há sempre uma tendência a “poupá-las” de certas situações, como coberturas em lugares de riscos ou temáticas as quais os homens possivelmente dominariam mais.

Koshiyama (2005) também atesta que discriminação e relações tensas nos ambientes de trabalho – chegando, em alguns momentos, a culminar em violência de gênero³² – não raramente fazem parte da rotina de veículos jornalísticos brasileiros. Nesses espaços, ainda persistem o machismo e o autoritarismo, explicando, por exemplo e como apontam Maria Otilia Bocchini

³² O termo “violência de gênero” costuma ser utilizado como sinônimo para “violência contra a mulher”. Há autores, contudo, como Heleieth Saffioti (2004: 69), que o compreendem como uma categoria mais abrangente, que também pode incorporar a “violência doméstica” e a “violência intrafamiliar”.

e Sandra Reimão (2006: 171), o fato de haver relatos de mulheres que obtiveram êxito como jornalistas, “por competência, persistência e dedicação”, mas, ainda assim, testemunharem “o contrário”: “discriminações sofridas, preterições injustas”.

No entanto, tratar sobre a presença das mulheres nas redações não significa apenas falar sobre dados estatísticos ou sobre desafios. Há uma expectativa de outra ordem: a de que elas gradativamente assumam que se igualar aos homens não significa reproduzir seus comportamentos e que o aspecto emocional pode ser um grande trunfo feminino.

Tal perspectiva retoma debates introduzidos na bibliografia corrente por Rose Marie Muro e Leonardo Boff (2010) acerca da reentrada da mulher no mercado de trabalho, durante a segunda revolução industrial, já no século 20. Os autores entendem que até a primeira metade do século passado, enquanto o homem estava predominante sozinho no mundo do trabalho, fora do ambiente doméstico, a competitividade o tornou frio, ao contrário da mulher, que, na reclusão do lar e dedicada aos cuidados familiares, permaneceu ligada a questões de solidariedade. A presença da mulher no sistema produtivo poderia ser, assim, considerada opção para uma sociedade mais igualitária.

Essa relação foi particularmente suscitada nas entrevistas realizadas quando do desenvolvimento do estudo empírico que subsidiou este artigo. Procuramos, com isso, não somente compreender a relação da mulher jornalista com jornalismo de imersão, mas com o próprio sentimento dessa profissional a propósito de sua atividade diária e dos colegas de profissão, a fim de mais bem contextualizar a problemática da qual partimos.

Imersão: da antropologia ao jornalismo

Em abril de 2008, o jornalista Claudio Tognolli foi entrevistado no “Programa do Jô” – *talk show* veiculado na *Rede Globo*, maior emissora de TV do Brasil –, para comentar a reportagem “A bíblia na prática” – assinada por ele e publicada na revista *Galileu*, em janeiro daquele ano –, a qual foi elaborada com uso do método de imersão, pondo em questionamento o cumprimento das determinações de Deus no “insano” século 21. Durante a entrevista, o tom do apresentador, Jô Soares, foi de ironia. O que se destacou foi o inusitado, o pitoresco, o engraçado, como se o trabalho de imersão no jornalismo não devesse ser levado a sério. Por esse episódio, não é difícil perceber que o jornalismo de imersão parece ser uma prática pouco usual ou mesmo secundária no universo jornalístico brasileiro, além de ser termo carente de conceituação e – por que não dizer? – de problematização.

Imersão é, antes de tudo, “entrar”, “introduzir-se”, “abismar-se” (Ferreira, 2010: 1127). Significa, ainda, “ação de mergulhar um corpo em um líquido”, sendo “resultado dessa ação”, por exemplo, “a imersão de um submarino”. Para a astronomia, é a “entrada de um astro na sombra de outro”. Mergulhar, vocábulo utilizado como sinônimo, significa “imersão num líquido; introduzir na água; afundar”. No sentido figurativo, “entranhar, esconder-se, desaparecer” (Dicionário Michaelis, 2013: on-line).

Na antropologia, a imersão consiste em pressuposto do *método etnográfico*, sendo realizada por meio de observação participante³³. Autores como Claude Lévi-Strauss, Bronislaw Malinowski,

³³ No campo científico, a técnica da observação participante “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (Queiroz et al, 2007: 278).

Marcel Mauss e o brasileiro Darcy Ribeiro tratam a observação participante – ou, como alguns preferem, a observação direta – como base do trabalho etnográfico e, conseqüentemente, da própria antropologia (Peirano, 1991).

A etnografia está primordialmente ligada à descoberta de significados por meio de processos de imersão na vida, nas rotinas e nos rituais desenvolvidos dentro de grupos sociais, comunidades e sociedades. Originada a partir dos vocábulos gregos *ethnos* (povos) e *grapho* (escrever), sua tarefa, em resumo, é descrever os aspectos relevantes da existência e da cultura de um povo, do sistema social, da opinião e das experiências coletivas. A característica básica da etnografia é a pesquisa de campo, a imersão no universo social e cosmológico do “outro” (Peirano, 1995: 4).

O antropólogo dedica-se a estudar seu objeto durante um longo período, seja por observação, contato direto, entrevistas em profundidade ou outras possibilidades de convivência e participação nas atividades do grupo investigado, valendo-se de um caderno de anotações de campo e/ou de outros recursos técnicos. Essas ações resultam numa inevitável troca intersubjetiva entre o pesquisador e seu objeto (Franciscato, 2006: 79).

No âmbito da atividade jornalística, a palavra “imersão” está associada a um exercício de apuração que envolve a observação participante, de modo a permitir aos profissionais experimentarem, como protagonistas, situações ou eventos descritos em uma reportagem. “Sua matéria-prima”, explica Matinas Suzuki Jr. (2002: 171), consiste em “muitas entrevistas, muito bate-pé de repórter, pesquisa em arquivos, exaustiva investigação dos fatos, levantamento de dados”.

Por *jornalismo de imersão*, entende-se, portanto, aqui, um método de apuração de informações no qual repórteres se inserem no ambiente dos acontecimentos – em diferentes níveis, como se verá adiante – para compreendê-los e, posteriormente, transformá-los em narrativas que ultrapassam relatos frios e objetivos tal como pressuposto pelo formato *notícia*³⁴. Ao optar pela imersão – ou encarar seu desafio –, profissionais da imprensa se dedicam a compreender fatos e situações no bojo de seus contextos (sejam culturais, sociais, históricos, econômicos, políticos e/ou de quaisquer outras naturezas) e a reportá-los de maneira complexa, em formas de expressão que assim os permitem, como é o caso da *reportagem*³⁵.

Nesse particular, imersão tem significado para além do aspecto técnico. Dizem Mateus Yuri Passos e Romulo Augusto Orlandini (2008: 88) que sua prática possibilita “ultrapassar os limites do acontecimento (ou do jornalismo) *cotidiano* (imediatista)”, evitando “*definidores primários*, fontes já legitimadas”, como especialistas em certos assuntos e vozes oficiais.

Imersão, por tudo isso, requer “investimento do observador na análise do próprio olhar” (Cardoso, 1986: 103), seja na antropologia, seja no jornalismo. Nesse segundo caso, que mais nos interessa, é método que exige do jornalista sua inserção numa determinada realidade, a fim de conviver com seus partícipes e de compreender – ou seja, não apenas olhar superficialmente – as ocorrências do cenário abordado. E se há consenso entre investigadores do campo e profissionais da imprensa, ele corresponde à ideia de que tal exercício afeta a maneira como os fatos serão trazidos à tona, justamente porque deles se aproxima o máximo possível.

³⁴ Leia-se “notícia”, no contexto apresentado nestas linhas, como sinônimo do formato jornalístico cuja característica é ser “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (Marques de Melo, 2003: 65-66) e que é iniciada com resposta às seis perguntas do *lead* (Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Por quê?).

³⁵ Compreendemos “reportagem” como prática que permite flexibilidade ao repórter, tanto no que se refere aos métodos de apuração quanto em relação a abordagens mais complexas, fontes e estilo textual. Seu formato aprofunda a notícia, dando novos sentidos ao acontecimento. É, possivelmente, a forma de expressão jornalística mais apta a retratar a complexidade dos processos sociais (Faro, 2013).

No entanto, as ações características desse jornalismo não raro são alvo de preconceito, sendo relacionadas a interpretações essencialmente emotivas, com “deformações subjetivas e sem dados comprobatórios”, da mesma maneira como são recriminados os cientistas sociais que se valem da observação participante em suas pesquisas (Queiroz et al, 2007: 277). As críticas acusam a imersão de mudar o papel tradicional do jornalista – o qual pressupõe distanciamento –, colocando-o como parte da ação, o que implica em sérios questionamentos éticos. O método também tende a expor profissionais em situação de risco físico e psicológico, por meio da convivência com setores marginalizados ou de alguma forma comprometidos.

O método de imersão foi especialmente incorporado ao jornalismo na década de 1960³⁶, em meio à ascensão do *new journalism* – primeiro nos Estados Unidos e, depois, em outros países, inclusive no Brasil –, que “levou ao ápice a observação participante no livro-reportagem porque seu processo de captação, de acordo com Tom Wolfe, atingiu um nível até então só presenciado na melhor literatura de ficção” (Lima, 2004: 124). Seus representantes fizeram da “reportagem de imersão [...] um de seus dogmas, a tal ponto que George Plimpton treinou em times profissionais de beisebol e de futebol americano e lutou com um ex-campeão peso pesado para se sentir qualificado a escrever sobre esportes” (Suzuki Jr., 2002: 171).

Argumento utilizado por seus defensores é o de que o mergulho do repórter na cena do acontecimento proporciona outra perspectiva da complexa realidade, das pessoas, dos ambientes, das situações.

Quanto à inserção do observador participante no cenário em que imerge – independentemente da situação (pesquisa acadêmica ou reportagem) –, são notados três níveis de possibilidades, de acordo com Patricia Adler e Peter Adler (apud Fino, 2013: on-line): o *periférico* (há certo grau de inserção, porém quem observa fica mais à margem do grupo), o *ativo* (o sujeito desempenha um papel de importância, com algum distanciamento) e o *completo* (membro do grupo, totalmente inserido). A escolha de um desses tipos requer avaliação dos objetivos do trabalho, do grupo a ser retratado e da capacidade de distanciamento, mas em todos eles a observação pode proporcionar ao jornalista condições diferenciadas para elaborar uma narrativa mais rica, repleta de detalhes, impressões e sensações.

Embora abra espaço para diferentes abordagens, o jornalismo de imersão nem sempre é compreendido pela imprensa ou nela se manifesta efetivamente. Isso ocorre, possivelmente, porque as vantagens de fornecer informações diferenciadas, aprofundadas e com uma marca especial de autenticidade que revela a verdade interna de cada grupo ou pessoa não ofuscam – nem devem ofuscar – os questionamentos de ordem ética que a investigação etnográfica traz para esse exercício. As discussões são recorrentes, como as levantadas pelo livro *Qualitative research in journalism* (Iorio, 2004), que oferece exemplos de aplicações práticas do jornalismo de imersão. As possibilidades ali apresentadas indicam como os jornalistas buscaram resolver o dilema ético que envolve a imersão: valorizando o compromisso do jornalismo em iluminar a complexidade do contexto social sem sombrear aspectos importantes da vida cotidiana.

³⁶ Outra vertente surgida nesse período foi a do chamado *gonzojornalismo* (ou *jornalismo gonzo*) – em tradução literal, *jornalismo estranho* ou *bizarro* –, intensamente praticado pelo jornalista e escritor Hunter Thompson, que chegou ao limite do uso de álcool e de alucinógenos para experimentar as sensações que descreveria em suas matérias. Suas experiências somam, inclusive, casos pitorescos, como o que relata em um de seus livros: “No Dia do Trabalho de 1966, eu abusei um pouco da sorte e apanhei feio de quatro ou cinco Angels que pareciam achar que eu estava me aproveitando deles. Um desentendimento sem muita importância se tornou muito sério de repente” (Thompson, 2004: 275).

Há de se dizer, ainda, que o jornalismo de imersão representa uma relação de interferência social, que envolve mais do que entender o “ponto de vista” de indivíduos ou grupos: é um exercício de alteridade, de contato humano prolongado, com todos os riscos que essa relação pode trazer. Sua adoção exige do jornalista um afastamento físico e simbólico das rotinas jornalísticas convencionais: significa afastar-se do ritmo industrial de produção e buscar um fazer mais artesanal.

Reportagem como prática etnográfica

Como se viu, o jornalismo de imersão se aproxima, em larga medida, dos métodos antropológicos. Sua prática se concretiza no formato reportagem³⁷ – que também pode, nesse caso, ser chamada de “reportagem de imersão” (Suzuki Jr., 2002: 171) –, considerado o *locus* no qual a investigação pode ser diferenciada, atingindo diversos níveis de profundidade, análise e interpretação, dependendo do tempo disponível e das técnicas de apuração utilizadas. Líriúcio Girardi Jr. (2000: 200) comunga dessa ideia, referindo-se ao que chama de “reportagem participante”, na qual a imersão é tida como método eficaz para penetrar na complexidade do cotidiano tomado como base do discurso jornalístico. Contudo, apesar de, em certos casos, ser uma “espécie de prática etnográfica” (Girardi Jr., 2000: 206), a reportagem não se compara aos estudos científicos, em vista, principalmente, do tempo dedicado pelos pesquisadores às observações, assim como da finalidade.

Logo, o exercício jornalístico de caráter etnográfico, no qual pode se traduzir o jornalismo de imersão, é sempre limitado. É “trabalho de campo” um tanto “apressado”, por mais tempo que dure. Mesmo assim, permite ao repórter “transformar-se em um ‘etnógrafo’ de sua própria sociedade ou dos diversos grupos e acontecimentos que ela comporta”, revelando situações e histórias que “atraem nossa ira ou curiosidade por serem diferentes, imersos em um mundo sobre o qual temos pouca informação (e, assim, uma boa dose de preconceito) e que ao mesmo tempo fazem parte do fragmentado imaginário de nossa sociedade” (Girardi Jr., 2000: 207).

Um exemplo lembrado pelo autor é a reportagem elaborada por Rebeca Kritsch, sob o título “Viver nas ruas”³⁸, que circulou no jornal *O Estado de S. Paulo* e conquistou o Prêmio Esso, na “categoria principal”, em 1995. Para escrever a matéria, a repórter viveu cinco dias nas ruas da

³⁷ Incluindo variações na nomenclatura, como “reportagem de imersão” e “reportagem participativa” – já mencionadas no texto – ou, ainda, “grande reportagem” e “reportagem especial”.

³⁸ Rebeca Kritsch passou cinco dias nas ruas de São Paulo acompanhada do fotógrafo Vidal Cavalcante. Sua reportagem foi publicada no dia 3 de setembro de 1995, no Caderno Cidades, d’*O Estado de S. Paulo*, tendo o seguinte subtítulo “O dia-a-dia nas calçadas e a noite sob as marquises de São Paulo estraçalham a dignidade”. Na chamada, ela explica como procederam: “Acabo de voltar de viagem. De onde? Não sei. Não saí de São Paulo. Acho que viajei na sopa, virei mosca do lixo, barata da calçada. Morei nas ruas por cinco dias. Há um mês, entrei em contato com as irmãs Ivete de Jesus e Regina Maria Manoel, da Comunidade dos Sofredores de Rua, que aproximaram a mim e ao fotógrafo Vidal Cavalcante de moradores de rua. Assim, montamos nossa história. Eu e Vidal seríamos um casal recém-chegado a São Paulo, vindo de Fortaleza. Eu, grávida, expulsa de casa. Ele, cearense, um fotógrafo desempregado, ainda com sua Nikon. [...] Vidal deixou a barba crescer. Colocamos roupas velhas e sujas e fomos para a sopa. Lá, irmã Regina deu o último toque: fuligem no pescoço. Estávamos prontos” (Kritsch, 1995: C1). No texto, que ocupa quatro páginas (formato standard), relata como a população de rua da maior cidade brasileira faz para sobreviver entregue à própria sorte e lutando para manter o pouco de dignidade que lhe resta.

capital paulista, onde aprendeu a mendigar e a viver como os sem-teto. Refletindo sobre esse trabalho, Girardi Jr. (2000: 200) se pergunta:

O fato de o jornalista não ser um morador de rua não pode deixar impressões etnocêntricas em seu trabalho? Quais as vantagens de compartilhar com os sujeitos/ objetos de investigação, em tempo integral, os seus hábitos diários, sua linguagem, seu trabalho, seu lazer, seu cotidiano?

A essas perguntas, acrescentamos outra: como a mulher jornalista, cuja presença já começa a ser majoritária em algumas redações, mas que ainda é vista a partir de estereótipos culturais que a colocam como mais próxima do emocional, bem como física e psicologicamente mais frágil, interage com esse modelo de jornalismo que, por si só, exige maior disponibilidade e predisposição do profissional de imprensa? Nesse sentido, compreender o jornalismo de imersão é também contribuir para repensar a situação da mulher profissional de jornalismo.

Caminho metodológico

A perspectiva teórico-metodológica que guiou/guia esta pesquisa se insere na tradição latino-americana de perceber como a formatação dos conteúdos das mídias é afetada pelo contexto cultural, social, econômico e político no qual elas estão inseridas (Marques de Melo, 1998). Trata-se, portanto, de compreender os processos comunicativos a partir de uma “hermenêutica da desconfiança” (Ricoeur, 1977: 77-78), ou seja, na compreensão dialética de que a realidade, explicitada na relação entre o indivíduo e a sua produção material, ao mesmo tempo em que mostra, também esconde.

Dessa forma, a realidade da mulher jornalista nas redações, suas opções de trabalho e sua inserção em atividades consideradas “mais complexas” podem ser compreendidas por meio do desvelamento de uma fala que, ao mesmo tempo em que oculta alguns aspectos, revela muito mais do que o que está explicitado em uma leitura superficial do que se diz, ao olhar atento do pesquisador.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória – que não tem qualquer interesse em esgotar o assunto, mas, antes, refinar percepções sobre o conceito de jornalismo de imersão e sua consequente prática por mulheres –, adotou-se, como técnica, a entrevista “semiestruturada” ou “semiaberta” (Duarte, 2005). Seguindo procedimentos comuns a essa estratégia, as primeiras questões começam de temáticas amplas para, na sequência, se focarem mais profundamente no objetivo de nossa investida. Assim, o roteiro abordou sete questões-tema, a saber:

1. papel do jornalismo na sociedade contemporânea;
2. papel do jornalista nesse contexto;
3. percepções sobre a reportagem (especialmente sobre grande reportagem e reportagem especial);
4. métodos de apuração utilizados em grandes reportagens ou reportagens especiais;
5. atuação da mulher jornalista em grandes reportagens ou reportagens especiais;
6. experiências com o método de imersão; e
7. prática do jornalismo de imersão por mulheres.

Levando em conta os aspectos relativos à diversidade da proposta e à relativa escassez de profissionais de imprensa que trabalham com jornalismo de imersão, foram realizadas entrevistas³⁹ com seis mulheres que produziram/produzem matérias especiais ou já fizeram uso do método de imersão. A seleção das jornalistas entrevistadas atendeu aos seguintes critérios: ter, no mínimo, cinco anos de experiência como repórter; atuar em veículo de comunicação de massa; ter produzido reportagens especiais; conhecer ou ter usado o método de imersão.

O *corpus* foi constituído por repórteres que atuam em mídia impressa (jornais e revista) e em TV, estabelecidas em diferentes cidades: São Paulo, Goiânia, Brasília e São Bernardo do Campo. Duas são capitais de estados, uma é distrito federal (capital do país) e uma pertence à região metropolitana de São Paulo. São Bernardo e Goiânia têm características mais regionais, ao passo que São Paulo e Brasília são mais cosmopolitas.

A análise do material foi realizada a partir da leitura crítica do teor das entrevistas, com especial atenção aos detalhes que revelam os desafios enfrentados pelas mulheres jornalistas que aderem ao jornalismo de imersão. As respostas foram categorizadas com base na variedade oferecida (diferenças conceituais ou de percepção) pelas entrevistadas, ou seja, pelos conteúdos revelados em suas declarações. Definiu-se, assim, as seguintes categorias: jornalismo e sociedade; ser jornalista; jornalismo e ética; condições de trabalho; mulher e trabalho; reportagem e métodos de apuração; reportagem de imersão; preconceito; temáticas de reportagem.

Isso possibilitou que, normatizados os resultados, algumas tendências se mostrassem de maneira mais clara. É importante destacar, no entanto, que se somou à categorização e à análise sistematizada uma observação ampla e crítica das respostas oferecidas pelas entrevistadas, buscando revelar o que foi dito, mas também o que estava oculto pelas dúvidas e pelo não dito.

As mulheres na prática jornalística

As análises aqui apresentadas foram sintetizadas, em razão do pouco espaço de que dispomos, e organizadas com ênfase às respostas que abrangeram as discussões sobre gênero e sobre o método de imersão. Porém, como já mencionado, houve preocupação dos autores em iniciar as entrevistas com questões-chave mais genéricas.

Nas primeiras perguntas direcionadas às jornalistas, foram exploradas suas percepções sobre o jornalismo e sobre os profissionais da área. Assim, nas categorias “jornalismo e sociedade” e “ser jornalista”, pudemos perceber que todas têm uma visão positiva a respeito da profissão, considerando a atividade necessária para se fazer justiça social e para o acesso à pluralidade de olhares. As respostas reafirmam a percepção de Sousa (2002), segundo quem alguns filtros no complexo processo de produção noticiosa estão relacionados à autoimagem do profissional e à sua relação com a atividade jornalística. Do mesmo modo, na categoria “jornalismo e ética”, as respostas se remeteram a aspectos deontológicos e a uma série de princípios, como liberdade de expressão, diversidade de opiniões e compromisso com o interesse público, preditos no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Há o reconhecimento, contudo, de que nem sempre é possível ser tão plural. Na categoria “condições de trabalho”, a falta de tempo e/ou de infraestrutura da empresa jornalística e o desvio de caráter de certos profissionais foram apontados como limitadores da cobertura jornalística.

³⁹ As entrevistas foram realizadas em 2013.

Além disso, algumas críticas se dirigiram especificamente à postura ética de alguns de seus colegas. Contraditoriamente, algumas consideram seus ambientes de trabalho bons, até familiares.

Sobre a condição feminina nas redações, cujas respostas foram agrupadas na categoria “mulher e trabalho”, foi sinalizadas como dificuldade a questão das jornadas dupla e tripla, eventualmente considerando que isso pode afetar o resultado da produção jornalística.

Quanto ao ofício da reportagem – categoria “reportagem e métodos de apuração” –, há uma percepção muito positiva, quase romântica. Isso confirma a ideia que as repórteres têm do jornalismo: uma produção cultural e social a serviço da democracia. Elas demonstraram predileção pela reportagem e, mais ainda, pela reportagem especial, que continua sendo vista quase como sinônimo de “bom jornalismo”. Trata-se do “ideal” dos profissionais. Mas não é comum no dia a dia, por questões de tempo ou de interesses que fogem ao controle dos repórteres.

Para essas jornalistas, uma boa reportagem obedece a passos essenciais, que abrangem desde a pesquisa exaustiva sobre o tema escolhido até o uso de técnicas diversas de apuração – conforme também orienta Edvaldo Pereira Lima (2004: 130-131) –, inclusive as que possibilitam a imersão. Isso dá uma visão “pluridimensional” dos fatos e necessita de um tempo de produção praticamente inexistente no jornalismo diário.

As categorias mais específicas serão abordadas nos dois tópicos subsequentes.

Imersões femininas

Sobre a imersão, propriamente dita – discutida na categoria “reportagem de imersão” –, as participantes da pesquisa demonstraram entender que se trata de método essencial para o desvendamento de certos acontecimentos obscuros e de personagens que passam despercebidos pela maioria das pessoas, mas também destacam seu aspecto emocional e mais humanizador. Vejamos algumas manifestações a esse respeito:

Os resultados são muito bons. A gente descobre muita coisa, que nem pensava que existia. É o outro lado da moeda mesmo, mas não é fácil.

A reportagem de imersão humaniza o jornalismo. Não é aquela coisa de ouvir a resposta e sair fora. É uma forma de conhecer as pessoas, e jornalismo tem que falar de gente, senão, já viu, são só dados, e isso já tem no site do governo.

Algumas entrevistadas relacionaram a imersão à subjetividade, embora reconhecendo que o método agrega credibilidade à informação.

Se, por um lado, o jornalismo de imersão pode trazer uma carga de informação, por outro pode se tornar totalmente subjetivo. A imersão sozinha não traz essa carga de objetividade. Acho que é um artifício [...] que dá mais credibilidade. Esse tipo de reportagem é importantíssimo para obter a informação diretamente da fonte.

Elas reconhecem que jornalistas costumam ser criticados, inclusive entre os pares, quando usam o método de imersão de maneira camuflada. Uma delas, no entanto, afirmou que quando isso acontece é porque a imprensa é hipócrita, pois para investigar verdadeiramente um assunto o jornalista muitas vezes não pode se identificar:

Ninguém consegue ir a fundo em uma reportagem sigilosa com o crachá estampado no peito [...]. Se não fosse com a imersão, jamais seriam comprovados e divulgados casos de corrupção, de mal uso do dinheiro público, violência policial, descaso em hospitais públicos, entre outras coisas.

A resposta revela que essas jornalistas tendem a compreender a imersão como algo próprio do jornalismo que investiga casos problemáticos, como corrupção e crime. Da mesma forma, elas costumam confundir – ou atrelar, melhor dizendo – o método de apuração (imersão) com as técnicas utilizadas para narrar e descrever os acontecimentos. Muito embora Lima (2004: 130-131) esclareça que, com o uso da observação direta ou participante, pode-se adotar tanto o ponto de vista em primeira pessoa (narrador-protagonista) quanto o ponto de vista em terceira pessoa (narrador-onisciente), ou, ainda, mesclar as duas estratégias, a maior parte das entrevistadas entende que a imersão necessariamente leva ao relato em primeira pessoa, no qual o repórter é o protagonista da história:

Acho difícil imaginar que um repórter que se dedique a viver uma situação por determinado tempo, como se fosse um de seus personagens, consiga depois fazer uma narração sem se colocar no centro da narrativa.

No entanto, a mesma entrevistada que fez essa consideração alegou que seu olhar nunca vai ser igual ao do nativo, porque sempre será o de uma jornalista. E completou destacando que o “jornalismo narrativo” pode cumprir melhor o desafio da reportagem, porque é menos pretensioso e mais honesto com a fonte. Novamente, a questão ética vem à tona:

Nesse sentido, eu acredito mais no jornalismo narrativo, que não envolve necessariamente uma imersão, mas sim um contato honesto entre repórter e fonte, sem um tentar “tomar” o lugar do outro.

Sobre a oportunidade de fazer reportagens especiais com o uso da imersão, as jornalistas disseram que a prática é menos frequente por razões diferentes, como medo, falta de apoio e família.

As mulheres talvez tenham medo de arriscar, até por conta de violência de gênero. Existe a violência de gênero e ela é contra a mulher, não [contra] o homem.

São poucas as mulheres que fazem. Tem a ver com incentivo... A repórter acaba sendo estigmatizada pelo editor.

Acho que elas têm medo ou acabam levando em consideração a opinião dos companheiros e de alguns chefes medrosos.

Não sei se a maioria gostaria de fazer. Eu faço porque já estou “velha” na casa, e quando têm necessidade eles lembram de mim.

Mas quando há mulheres em cargos de chefia, as barreiras são menores, disse uma entrevistada:

Claro, quando a chefe é mulher (já tive uma), a coisa muda um pouco...

De modo geral, há um consenso de que as possibilidades de imersão são raras (para os jornalistas da grande imprensa em geral), principalmente em função da escassez de pessoal, da falta de infraestrutura nas redações e de a prática não ser uma tradição.

Nesse contexto pouco favorável, uma das entrevistadas verbalizou elementos implícitos em outras respostas: as mulheres jornalistas usam menos a imersão na reportagem por causa de sua condição feminina. Trata-se de uma visão ideologizada da mulher, na qual os papéis de mãe e esposa são motivos para evitar a prática, que exige afastamento do convívio familiar ou, então, implica em riscos aos quais não devem se expor pela condição de gênero.

Por fim, as entrevistadas apontaram que, nas suas opiniões, não há diferença na qualidade de reportagens feitas por homens e mulheres.

Preconceito

Em relação à categoria “preconceito”, foram agrupadas respostas nas quais se identificaram dificuldades com fontes e com colegas de redação, como estas:

Eles [os entrevistados] acham que a gente é mais fácil de enganar. E não são só os homens, mesmo as mulheres, quando são responsáveis, olham para as jornalistas mulheres e acham que podem levar na conversa.

Para a mulher é mais difícil, vivemos em um mundo machista. Se você vai fazer uma matéria de denúncia é comum ser subjugada...

O que os homens fazem? Primeiro, mulher não é capaz de colher informações. A mulher não teria essa ousadia... Depois, somos intimidadas a respeitar os entrevistados [por causa do cargo ou sua condição]. [As fontes entrevistadas] usam artifícios para desmobilizar...

No modo de ver das entrevistadas, o preconceito ocorre de maneiras distintas. Ao desprezo e à intimidação soma-se um discurso de “proteção”, elemento que funciona como justificativa quando não são designadas para coberturas consideradas perigosas ou inadequadas à sua “condição de mulher”. Apesar disso, elas também mencionaram que a crescente atuação da mulher nas redações ajuda a eliminar as resistências quanto aos desafios, seja em relação a temas ou a situações. Uma delas afirmou que não há privilégios ou pressões por causa do gênero fora das redações, mas revelou que ser mulher equivale a uma proteção maior na atuação como repórter, particularmente quando se trabalha em situações de conflito.

Várias entrevistadas relembrou, sem esforço, situações de preconceito, dentro e fora do ambiente de trabalho. Esses episódios, no entanto, parecem ocorrer mais intensamente com as que atuam na imprensa regional. Aparentemente, as mulheres jornalistas têm menos dificuldades quando trabalham em cidades como Brasília e São Paulo do que em cidades com características mais regionais, como Goiânia e São Bernardo do Campo – embora sejam locais com características bem urbanas. A respeito disso, disseram as atuantes em cidades mais regionais:

Nunca me intimidei... O assédio moral e sexual é comum [...] isso interfere na perspectiva [...] sou pouco generosa, sem misericórdia [...] tento no texto ser mais linha dura.

É mais difícil. Não sei como é nos outros lugares, mas aqui é mais complicado, porque as mulheres são vistas como mais "frágeis", não sabem se proteger: "coitadinha vai acabar apanhando". A desculpa padrão é que é uma barra muito pesada para uma mulher. Dizem que a gente vai ser ameaçada, cantada ou sei lá o quê.

Tendo em vista as dificuldades identificadas na realização de reportagens com o método de imersão, verificou-se, na última categoria – “temáticas de reportagem” –, ser significativo o destaque a temas considerados femininos (saúde, educação), embora não estejam totalmente descartados outros aspectos, como pautas ligadas à corrupção.

Considerações finais

Os resultados das entrevistas realizadas com repórteres de veículos impressos e televisivo, em procedimento exploratório, são indícios de que a atuação da mulher no jornalismo brasileiro deve ser aprofundada, particularmente no que tange à produção de matérias especiais que demandam o uso do método de imersão, que exige da profissional maior dedicação e exposição em situações de risco, além de estar associado a uma subjetividade maior por parte de quem observa os fatos *in loco*, imerso nos contextos sociais.

A predominância de mulheres nas redações, a dupla ou tripla jornada de trabalho, a discriminação salarial e de cargos, o machismo de colegas e as fontes que veem a jornalista ainda com limitações para realizar determinadas reportagens que historicamente têm sido mais produzidas por homens são variáveis importantes a serem consideradas em estudos dessa ordem. Um dos indicadores importantes sobre a evolução da mulher em reportagens especiais, nas quais o método de imersão muitas vezes é utilizado, é a “categoria principal” do Prêmio Esso, que até a década de 1990 premiou mulheres apenas duas vezes.

No estudo empírico que realizamos, outros pontos importantes puderam ser notados. Há predominância, entre as jornalistas abordadas, de uma visão positiva acerca do jornalismo, compreendido como essencial à democracia e à preservação dos direitos do cidadão. Contudo, a valorização da profissão, implícita nessa visão, entra em conflito com a realidade brasileira da prática profissional: ao enfatizar a pouca oportunidade para realizar reportagens especiais, elas também destacam reclamações recorrentes sobre a rotina produtiva e as limitações de infraestrutura e de investimentos das empresas jornalísticas.

Também fica claro que as próprias mulheres jornalistas se impõem limites: elas confessam receios ou afirmam simplesmente não querem se afastar da família para realizar reportagens que exigem dedicação integral. Mas a barreira do preconceito ainda é a situação mais citada. Essa questão reafirma outro aspecto: as mulheres se sentem preteridas em relação aos seus colegas do sexo masculino. O argumento para ficarem em segundo plano é paternalista ou relativo à falta de capacidade, e se apresenta de maneira explícita ou velada.

A reportagem – principalmente a chamada “reportagem especial” e, ainda mais, a que incorpora a imersão – é percebida, pelas jornalistas, como uma condição diferenciada de trabalho, um reconhecimento de mérito profissional. Igualmente, elas reconhecem que, embora não haja muitas referências a mulheres que tenham se destacado com o uso do método de imersão, sua prática oferece vantagens para o trabalho de investigação jornalística.

Por outro lado, o conceito de imersão não parece claro para as jornalistas entrevistadas, que tendem a considerá-lo apenas a partir de sua versão *participante completo* – em que o jornalista se camufla, “se mistura às fontes” –, desconhecendo ou ignorando os processos de imersão nos quais o repórter se identifica, como no caso de uma das entrevistadas que acompanhou um catador de sucatas, no cotidiano das ruas.

Ao desconhecimento das possibilidades do método, somam-se algumas críticas: a subjetividade pode interferir na apuração dos fatos, tornando-se, por vezes, um problema ético, ou a prática pode violar os princípios da profissão. As jornalistas reconhecem que, em algumas situações, a imersão é necessária para o desvendamento, trazendo riqueza à narração dos fatos, ao revelar aspectos da vida cotidiana e as complexidades sociais.

Como observação final, destacamos que as jornalistas têm noção de que sua atuação profissional é diferente da dos homens, uma vez que valorizam mais a pessoa humana e as histórias individuais, além de serem observadoras mais sensíveis à realidade. Muito embora enfatizando a diferença entre gêneros nas redações, entendem também que o número crescente de mulheres nas chefias incentiva a atuação feminina na reportagem especial e no uso do método de imersão.

Referências

- Bocchini, Maria Otilia; Reimão, Sandra (2006). Participação da mulher na mídia. In: *Mídia cidadã: utopia brasileira*. 167-172, org. José Marques de Melo, Maria Cristina Gobbi e Luciano Sathler, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- Cardoso, Ruth (1986). Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 95-105, org. Ruth Cardoso, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dicionário Michaelis (2013). Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>.
- Duarte, Jorge (2005). Entrevista em profundidade. In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 62-83, org. Jorge Duarte e Antonio Barros, São Paulo: Atlas.
- Faro, J. S. (2013). Reportagem: na fronteira do tempo e da cultura, *Verso e Reverso*, 27 (65): 77-83.
- Fino, Carlos Nogueira (2013). *FAQs, etnografia e observação participante*. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/20.pdf>.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (2010). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, Curitiba: Positivo.
- Franciscato, Carlos Eduardo (2006). Jornalismo, ciência e senso comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística, *Pauta Geral*, 13: 75-95.
- Girardi Jr., Liráucio (2000). A reportagem como experiência etnográfica. *Anuário de Jornalismo*, 2: 199-212.
- Iorio, Sharon, ed. (2004). *Qualitative research in journalism*, Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Koshiyama, Alice Mitika (2005). O assassinato da jornalista Sandra Gomide: violência de gênero em uma rotina de assédio moral no trabalho. In: *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro (RJ, Brasil), entre 5 e 9 de setembro: 1-15.
- Koshiyama, Alice Mitika (2001). Mulheres jornalistas na imprensa brasileira. In: *Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Campo Grande (MS, Brasil), entre 3 e 7 de setembro: 1-11.
- Kritsch, Rebeca (1995). Viver nas ruas: o dia-a-dia nas calçadas e a noite sob as marquises de São Paulo estraçalham a dignidade, *O Estado de S.Paulo*, Caderno Cidades: C1.

- Lima, Edvaldo Pereira (2004). *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, Barueri: Manole.
- Marques de Melo, José (2013). Perfil do jornalista profissional em São Paulo: contradições vividas na fase imediatamente posterior à obrigatoriedade do diploma, *MATRIZES*, 7 (1): 95-106.
- Marques de Melo, José (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*, Campos do Jordão: Mantiqueira.
- Marques de Melo, José (1998). *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis: Vozes.
- Mick, Jacques; Lima, Samuel (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*, Florianópolis: Insular.
- Muraro, Rose Marie; Boff, Leonardo (2010). *Feminino e masculino*, Rio de Janeiro: Record.
- Passos, Mateus Yuri; Orlandini, Romulo Augusto (2008). Um modelo dissonante: caracterização e gêneros do jornalismo literário. *Contracampo*, 18: 75-96.
- Peirano, Mariza (1995). *A favor da etnografia*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Peirano, Mariza (1991). Os antropólogos e suas linhagens, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_03.htm.
- Queiroz, Daniel Teixeira et al (2007). Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde, *Revista de Enfermagem*, 15: 276-283.
- Ramos, Regina Helena de Paiva (2010). *Mulheres jornalistas: a grande invasão*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Faculdade Cásper Líbero.
- Ribeiro, José Hamilton (1998). *Jornalistas, 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Ricoeur, Paul (1977). *Interpretação e ideologias*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Rocha, Paula Melani (2007). Mulher jornalista: relações familiares e profissionais, *Comunicação e Cidadania*, 1: 119-134.
- Saffioti, Heleith I. B (2004). *Gênero, patriarcado, violência*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, Marli dos (2014). Revelando a presença feminina no jornalismo investigativo. In: *Anais do I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo*, São Paulo (SP, Brasil), entre 24 e 26 de julho. Disponível em: abraji.org.br/seminario2014/PDF/marli_dos_santos.pdf.
- Sousa, Jorge Pedro (2002). *A notícia e seus efeitos*, Coimbra: Minerva.
- Souza, Ana Fernanda Campos de (2009). Mulheres jornalistas: percursos e percalços. In: *Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador (BA, Brasil), entre 27 e 29 de maio. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19152.pdf>.
- Suzuki Jr., Matinas (2002). Jornalismo com H. In: *Hiroshima*: 161-172, John Hersey, São Paulo: Companhia das Letras.
- Thompson, Hunter (2004). *Hell's Angels: medo e delírio sobre duas rodas*. São Paulo: Conrad.